

Segue um resumo das atividades desenvolvidas pelo Diretório Central dos Estudantes da UFBA no semestre de 2006.1:

16 a 23/02 Estágio Interdisciplinar de Vivência **EIV / SUS** em parceria com o Fórum Acadêmico de Saúde.

27/02 Participação na **Mudança do Garcia**, o único do carnaval de Salvador onde são permitidas manifestações autônomas e de caráter reivindicatório. Sem cordas, nem abadas, junto com o povão ocupando o circuito do Campo Grande e mostrando à mídia nacional e internacional que nem tudo é festa.

09/03 Apoio ao **Circuito Ambiental** realizado por estudantes de Biologia, onde foram debatidas tecnologias limpas e o Plano Diretor dos *Campi*.

10/03 Grande **Calourada Unificada** de todos os cursos da UFBA com programação extensa: Mesa de debates pela manhã sobre Reforma Universitária e Movimento Estudantil, com grupos de discussões de diversos temas em seguida; grande almoço coletivo no futuro Restaurante Universitário, inclusive em protesto pela demora do funcionamento do mesmo, Oficinas temáticas à tarde e Festa no Instituto de Biologia à noite.

15/03 **Ato Público** na Calourosa da Reitoria, mostrando aos calouros os problemas da UFBA, principalmente a falta de Restaurante Universitário. Manutenção do Stand do DCE no evento e diálogo com os estudantes no palco.

18/03 **Seminário de Formação Política** da Gestão O Coletivo, na Faculdade de Educação, aberto a todos os estudantes e com professores convidados.

30/03 **Assembléia Geral dos Estudantes** na Faculdade de Direito, para que a decisão sobre a participação do DCE no processo eleitoral para Reitor da UFBA fosse fruto de uma decisão realmente coletiva, além de denunciar à comunidade acadêmica a imposição do Salvador Card da Prefeitura de Salvador/SETPS. Foi deliberada a participação do DCE na Comissão Eleitoral e levantada a bandeira pela valorização do voto estudantil, paridade e denominador igual ao número de votantes, além de participação dos estudantes e DCE nas manifestações contra o SSA CARD e pelo Passe Livre Já!

01 e 02/04 Estruturação da escola sede e participação no **Fórum de Executivos e Federações Nacionais de Cursos**, realizado na Faculdade de Medicina

06/04 **CONSUNI** de longa duração na luta por mais Residências com vitória dos estudantes, após duas ocupações de prédios da UFBA pelo MSRU.

13 a 16/04 Ônibus financiado pela Universidade após muitas reuniões e participação garantida das entidades de base no **Conselho Nacional de Entidades de Base** realizado em Campinas/SP, organizado pela União Nacional dos Estudantes.

19/04 **1ª Manifestação** contra o Salvador Card.

20/04 **Plenária Municipal** contra o Salvador Card na Reitoria da UFBA.

03 e 04/05 **Eleições para Reitor da UFBA**, acompanhamento de todas as urnas e apuração das mesmas durante toda a madrugada.

16/05 Atividade para a colocação de uma **faixa no Viaduto 16 de maio** (Vale do Canela) em homenagem à luta dos estudantes contra o Carlismo na Bahia, contra a PM nos *Campi* da UFBA e pela liberdade do nosso povo.

03/06 Participação na Reunião dos Órgãos Estudantis da Executiva Nacional de Nutrição - **ROENEN**.

11 a 18/06 Participação no **Estágio de Vivência no MST**, promovido pela ACC 456 (Atividade Curricular em Comunidade), no Assentamento Menino Jesus em Água Fria.

02/07 Participação no **Cortejo do dois de julho**, compondo a ala da UFBA, trazendo as reivindicações estudantis à tona mais uma vez e mostrando à sociedade baiana que nas comemorações dos 60 anos temos muitos motivos para protestar e para resistir.

03/07 **Simpósio 60 anos da UFBA** promovido pela Reitoria com a presença do Ministro de Educação. É claro que o DCE se manifestou no espaço e entregou um pauta de reivindicações para o Reitor e para o MEC.

15 a 21/07 - Ônibus financiado pela Universidade após muitas reuniões e participação garantida dos estudantes da UFBA na **SBPC** (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), realizada em Florianópolis/SC.

Além disso podemos ainda citar:

- Várias reuniões com o Reitor e Vice-Reitor, apresentando pauta de reivindicações e cobrando as resoluções dos Conselhos Superiores, principalmente as conquistas da greve de 2004, que até hoje não foram implementadas, demonstrando um desrespeito, não só com os estudantes, mas com as deliberações do CONSUNI.

- Participação nos Conselhos Superiores, principalmente quando a pauta era muito polêmica, mesmo sendo estes espaços de conjuntura desfavorável, onde quase nunca ganhamos. Porém, com a histórica forma de organização, onde o voto dos estudantes é em bloco, tivemos força para manter posições sempre avançadas e de resistência na representação estudantil.

- Reuniões de Diretoria toda semana, com horário fixo (terça 19H) para dinamizar as demandas estudantis e garantir debates constantes sobre as pautas da vez.

- Após anos e anos de descaso e abandono, em condições absolutamente precárias de uso, oco de materiais e documentos, conseguimos a reforma estrutural no prédio do DCE. Depois de muitas reuniões e tensionamento com a reitoria, podemos comemorar a reestruturação do DCE.

- Plantão dos Diretores no DCE UFBA, garantindo uma entidade aberta de segunda à sexta e diálogo direto da base para com a direção.

- Manutenção da carteira unificada com contribuição voluntária.

- Conselhos de Entidades de Base (CEBs) marcados todo mês em respeito à participação e deliberações das Entidades que constroem o ME junto à base.

- Participação nas atividades de recepção dos calouros dos diversos cursos, compondo mesas e buscando fortalecer as entidades de base.

- Participação e apoio aos Encontros Nacionais de Curso, principalmente os realizados na UFBA (Biblioteconomia, Enfermagem, Comunicação Social).

- Apoio e acompanhamento integral na transição do Campus de Cruz das Almas para Universidade Federal do Recôncavo Baiano, participando de todas as Comissões.

- Participação na comissão organizadora do Fórum de Executivas, em suas várias reuniões, como escola sede.

- Participação na Comissão Eleitoral da escolha do reitor e suas infinitas e difíceis reuniões.

- Participação nas várias manifestações contra o Salvador Card e pelo Passe livre, além das mesas de negociação com a Prefeitura de Salvador.

- Garantia de utilização do prédio do DCE como sede para Conselhos Nacionais de vários cursos.

Socializando

Editorial

Olá comunidade acadêmica da UFBA, este é mais um número do Jornal Socializando, um veículo de comunicação do DCE com tod@s que compõem esta nossa Universidade Pública.

Desejamos boas vindas àquel@s que acabam de ingressar, parabéns àquel@s que conseguiram continuar e muita força àquel@s que lutam por uma Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade, Laica e Socialmente Rerefenciada.

Aqui trazemos as nossas impressões dos diversos temas em discussão na nossa cidade, no Brasil e no mundo, bem como notícias das nossas intervenções e deliberações nos diversos fóruns do Movimento Estudantil e da UFBA.

BOA LEITURA!!!

Data: agosto de 2006

Local: UFBA / Salvador-BA

Tiragem: 2.500 exemplares

Produção: Gestão  O Coletivo

Diretores Responsáveis:

Aloísio Pires (Geologia) / Amistander Santos (Agronomia) / Caio Marambaia (Educação Física) / Catiane Bittencourt (Biblioteconomia) / Everaldo Neto (Eng. Sanitária e Ambiental) / Igor Rocha (Economia) / Joelson Souza (Fonoaudiologia) / José Santana (Medicina) / Liz Magno (Fonoaudiologia) / Lucas Nonato (Medicina) / Maiane Rosa (Pedagogia) / Myna Lizzie (Biologia) / Rafael Bastos (Educação Física) / Rafaela Espinheira (Enfermagem) / Roseli Santos (Teatro)



REFORMA UNIVERSITÁRIA: a mesma coisa diferente, lute agora ou pague para sempre!

No dia 08/06/06 o governo Lula encaminhou a 4ª versão do Projeto de Lei (PL) da Reforma do Ensino Superior ao Congresso Nacional. Passados 38 anos da última Reforma Universitária (RU), as mudanças necessárias para uma educação realmente pública não seguiram as diretrizes para o qual foi eleito esse governo em 2002 por 53 milhões de brasileiros, para universalizar o ensino, garantindo-o público, gratuito e de qualidade, enquanto direito de todos e dever do Estado. Ninguém nega a necessidade da reforma universitária, mas é evidente a submissão ao capital internacional e a tendência à privatização do ensino superior, ferindo diretamente a autonomia constitucional da universidade e desresponsabilizando o Estado pelo serviço público educacional.

O PL 7.200/06 representa o novo marco regulatório que consolida as iniciativas de conversão do caráter público da educação superior no Brasil para um caráter privado, transformando um serviço público em serviço não exclusivo do Estado, alterando assim, significativamente, as relações entre Estado e Universidade.

Esta tentativa de encaminhar o PL ocorreu inicialmente em 2004, mas a resposta dos diversos movimentos da educação foi imediata, resistindo bravamente a essa investida, indo às ruas com o grito: Vamos barrar essa RU. Na UFBA a expressão deste movimento foi uma intensa mobilização pelas reivindicações, que culminou com uma assembléia histórica de cinco mil estudantes, decretando a greve, persistindo na luta em defesa da universidade pública e se posicionando contra a RU apresentada pelo governo, BM e FMI.

Atualmente, essa luta contra a privatização da educação pública se estende por todo o mundo com estudantes do Chile, França e de todo o nosso país mobilizando-se e enfrentando as tentativas do capital de retirar um dos direitos fundamentais da juventude: a educação pública.

Portanto, este PL representa a tentativa de implementação das políticas neoliberais no país a partir das reformas de Estado, que depois da previdenciária, tributária e a universitária, virão as mais devastadoras para o povo, que serão as reformas trabalhista e sindical, retirando direitos conquistados pelos trabalhadores em anos de luta.

O PL ataca uma questão central que é a autonomia e o financiamento das IFES, desagregando o sistema público das universidades e abrindo as portas às PPPs - Parcerias Público Privado, que desresponsabilizam o Estado do financiamento à educação, acorrentando as universidades ao capital privado, que não financia algo sem almejar o aumento do lucro.

O projeto traz um mecanismo desagregador que implementa o repasse de verbas pelo critério de "avaliação de desempenho", acirrando a competição pelas escassas verbas públicas, segundo critérios discutíveis de produtividade acadêmica, ou seja, algumas IFES minguarão, outras fecharão, sendo que o conjunto se desqualificará.

Consagra a figura do autofinanciamento como fonte de manutenção das instituições, como destaca o art. 14, que atribui à "autonomia de gestão financeira os recursos gerados por suas atividades finalísticas", que deve estar no PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional (que neste momento estamos discutindo no Conselho Universitário na UFBA). Transfere a avaliação deste plano para um Conselho Social de Desenvolvimento constituído com maioria de representantes da "sociedade civil", retirando a autonomia da universidade decidir seus rumos.

O art. 4 § 4º diz que 30% do capital votante pode ser composto por capital privado, abrindo as portas para o capital internacional financiar a educação como ocorre em SP e MG. O art. 37 ressalta no § 2º que deve integrar a atividade da instituição "as fundações de apoio", no § 3º efetiva que a avaliação de desempenho do PDI "efetiva arrecadação de receitas próprias" deixando claro que as intenções do PL são de legalizar todas as políticas que vem sendo implementadas pelo governo, como: aplicar o ensino pago, imposição de taxas, precarização da Assistência Estudantil, vender serviços, privatizar as pesquisas, fragmentar e desqualificar a formação, transferir dinheiro público para iniciativa privada (PROUNI), avaliar para atender às necessidades do mercado (SINAES/ENADE), dar poderes às fundações de direito privados (PPPs), enfim.

A Assistência Estudantil, reivindicação histórica do Movimento Estudantil, novamente é colocada de lado, não estabelecendo uma rubrica específica. A democracia nas instituições é renegada como destaca o art. 40, estabelecendo a eleição para reitor por nomeação do presidente da república mediante escolha em lista triplíce.

A formação é fragmentada e desqualificada, pois regulamenta como espaços de formação os centros universitários e as faculdades. Outro fator preocupante na formação é a expansão do EAD Ensino a Distância, que podem ser suplementar e não uma modalidade no ensino superior.

Não é a toa que na UFBA vivemos esse sucateamento, que vem sendo implementado, principalmente, pelo atual reitorado, que afirmou no dia da posse (04/08) que irá consolidar essa RU a qualquer custo, por isso o combate unificado do ME é necessário e vital.

Para completar, dos poucos recursos para a Educação Pública, o governo no dia 16/06 cortou 6,7% - meio bilhão de reais, dos gastos de Educação do Orçamento de 2006, em um país onde somente 9% da população entre 19 e 24 anos está no ensino superior, onde os bancos lucram absurdamente mais todos os anos. Então, perguntamos o que fazer diante destes dados? Quais são nossos pontos de apoio? Como na prática podemos reverter essa situação?

A experiência histórica nos ensina que é lutando que conquistamos vitórias, é com organização que conseguimos resolver os problemas, fora deste patamar coletivo não andaremos muito, precisamos unificar as forças para combater essa investida do capital contra os trabalhadores.

Alguns estão defendendo emendar o projeto, como a diretoria da UNE, outros apostam em disputar com outro PL no Congresso a reforma, como a diretoria do ANDES-SN, mas acreditamos que essas formas equivocadas de analisar a conjuntura acarretam em graves conseqüências aos setores da Educação, especificamente, para o Movimento Estudantil, que perde força e desagrega suas fileiras. Defender as partes do que na essência é maléfico ou disputar projetos no Congresso é ocultar a verdadeira raiz do problema.

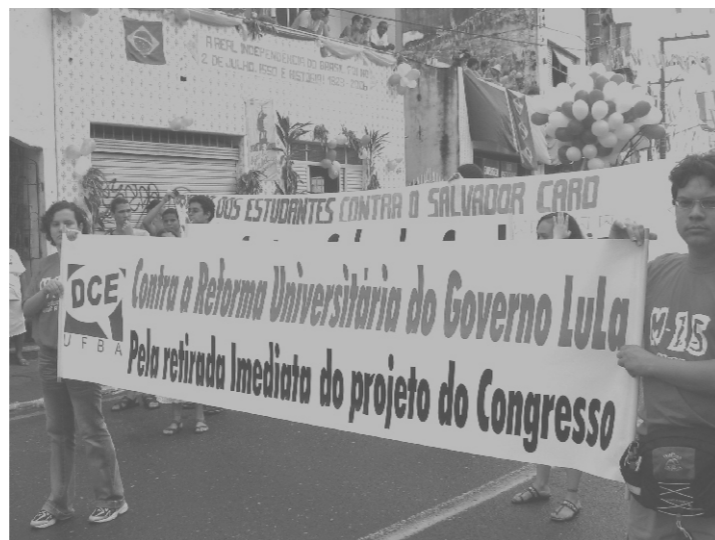
Neste momento, chamamos os estudantes para as ruas, com o grito pela RETIRADA DO PL 7.200/06 do Congresso Nacional, pois isso concretamente seria uma vitória do movimento.

A política de cooptação das direções e legitimações das políticas do governo com a realização de conferências, serve de exemplo para a necessidade de participarmos e construirmos nossos espaços, os fóruns do ME, pois temos autonomia e independência frente governos, partidos e reitorias.

Neste sentido, nossa orientação é para a realização imediata de reuniões, debates, seminários, atividades organizados pelos DAs, CAs, executivas de cursos com intuito de esclarecer, discutir e encaminhar ações conjuntas com o DCE para acumularmos forças frente aos desafios do próximo período, que definirá os rumos da Universidade Pública no Brasil.

Estamos de pé, com a cabeça erguida, na linha de maior resistência, enquanto última trincheira na luta pela universidade pública. Não deixaremos nossa responsabilidade de organizar e buscar a ação unificada, em frentes únicas de luta em defesa dos direitos conquistados com muita luta por nossos antepassados. Combateremos esse PL que é o mesmo sendo diferente, pois agora é lutar ou pagar para sempre.

A LUTA É PARA VENCER!



Cortejo 2 de julho de 2006, bandeiras a vista

Assistência Estudantil e o MSRU



Calorosa 2006, o DCE mais uma vez levanta essa bandeira

Mais uma vez, como ocorrem todos os semestres, aconteceu a seleção para os novos residentes e bolsistas-alimentação da UFBA do semestre 2006.1. Assim como nas seleções anteriores, o processo continuou um tanto quanto obscuro, sem uma clara definição de todos os critérios para as escolhas e inclusive com o impedimento da participação da representação dos residentes em algumas etapas do mesmo. Entretanto, semestre passado, um problema ainda mais grave ocorreu: 26 vagas para 131 inscritos. Isso já não era para ser surpresa, visto que com o advento do sistema de cotas e a interiorização do vestibular, a procura por vagas nas residências acertadamente aumentaria. Porém, um reitorado que trata há tanto tempo com descaso a Assistência Estudantil não iria se empenhar agora em garantir a permanência desses estudantes (maioria cotistas) na universidade. Isso comprova que muitas das políticas aprovadas a partir das pressões dos movimentos, são utilizadas para autopromoção do reitorado, sem se investir em sua real implementação, deixando margens aos anti-cotistas criticarem todo o sistema, e não ao reitorado que não prioriza a permanência.

Nesse contexto surge o Movimento dos Sem Residência Universitária (MSRU), movimento dos estudantes que não foram selecionados para as vagas, apoiado pelos residentes, DCE-UFBA e outros estudantes da universidade, no intuito de garantir que os mesmos seguissem suas atividades acadêmicas, sem ter que voltar para suas casas no interior do estado por falta de condições de se manter na capital.

A partir da realização de assembleias nas residências e inúmeras tentativas de negociação com a reitoria, que só aumentou em cinco o número de vagas, o Movimento decidiu pela ocupação do prédio da antiga Farmácia-escola, que fica ao lado da Residência 3 da UFBA, no canela.

A pressão aumentou o diálogo com a reitoria que legitimou a ocupação e garantiu as condições mínimas para a permanência dos estudantes nesse prédio enquanto durar a ocupação. Porém, em reunião ampliada com os estudantes na R3, o reitor se negou a convocar o Conselho Universitário para discutir a questão da Assistência Estudantil, que incluía

o aumento das vagas e a melhoria das atuais residências, dentre outras.

Após várias tentativas frustradas de auto-convocar o Consuni, o MSRU definiu em assembleia, por ocupar mais um prédio da UFBA, desta vez o antigo prédio da Edufba, em frente à Reitoria, exigindo a convocação imediata do Conselho Universitário com pauta Assistência Estudantil.

Com tamanha pressão, o reitorado, enfim, convocou o Conselho, que ocorreu com casa cheia (conselheiros e estudantes), em 06/04/2006. O Consuni durou cerca de seis horas de ferrenhos embates e acabou por aprovar a criação de mais uma residência para contemplar todos os 100 inscritos que não foram selecionados.

Com certeza essa foi mais uma grande vitória para o Movimento Estudantil, mas a luta pela Assistência Estudantil não se encerra nessa conquista. Os estudantes continuam ocupando o prédio da Farmácia-escola, esperando que a deliberação do conselho seja cumprida pelo reitorado, além de outras tantas pautas do movimento relacionadas a esse tema como o Restaurante Universitário, a melhoria das atuais residências, o ônibus intercampi gratuito, programas de permanência para os cotistas, aumento de bolsas de iniciação a pesquisa, melhoria da creche, melhoria e ampliação das bibliotecas e laboratórios, criação da Pró-reitoria de Assistência Estudantil. Não podemos nos acomodar com vitórias pontuais. Estaremos até o fim na luta em defesa da Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade, Socialmente referenciada, direito de todos e dever do estado.

**VIVA A UFBA!
VIVA A UNIVERSIDADE PÚBLICA!
RESISTIREMOS SEMPRE!
PÁTRIA LIVRE VENCEREMOS!
Saudações Estudantis**

SALVADOR CARD: EMPRESÁRIOS X POPULAÇÃO



**SSA Card
NÃO!!!!**

Desde o início do mês de Abril deste ano, que a população de Salvador se depara com a proposta do SETPS (Sindicato das Empresas de Transporte de Salvador) e da Prefeitura, de implementar o sistema de Bilhetagem eletrônica nos ônibus coletivos da cidade. Esta proposta é denominada de Salvador Card. Este sistema segue a tendência nacional, de "modernização" do transporte público, implementando a passagem pré-paga, no intuito de tirar o dinheiro de circulação de dentro dos ônibus.

Este modelo de Bilhetagem Eletrônica/sistema pré-pago traz sérias consequências para a população, pois as pessoas terão que destinar seu tempo algumas vezes no mês para ir aos postos do SETPS abastecer os cartões, enfrentando longas filas, gastando de uma única vez todo o dinheiro necessário para pegar ônibus, além de pôr em risco os empregos dos cobradores, já que as catracas eletrônicas poderão substituir a função destes em breve. Vale ressaltar que este episódio já aconteceu na cidade de Goiânia.

Tal iniciativa numa cidade como Salvador em que quase 60% da população está sub-empregada ou até mesmo desempregada, resulta na impossibilidade dos filhos destas pessoas andarem de ônibus. O índice de evasão escolar tende a aumentar, pois os alunos não terão dinheiro para pegar ônibus para ir a escola.

Desde quando saiu a notícia do novo sistema de bilhetagem eletrônica, o DCE/UFBA, grêmios estudantis, estudantes de várias universidades, a Frente Única Contra o Salvador Card se mobilizaram e vêm organizando diversas manifestações, produzindo materiais, dialogando com a população na perspectiva de esclarecer sobre o Salvador Card e os problemas que este representa. O objetivo destas organizações e entidades é convocar os estudantes para a luta contra este modelo que só traz segurança para os empresários e prejudica totalmente a população. Estas mobilizações já apresentaram alguns resultados como a queda da obrigatoriedade de o mesmo cartão (Salvador Card) servir como meia-passagem e meia entrada estudantil, colocando-se um selo de meia-entrada, da UNE e da UBES no cartão.

Também ocorreram algumas reuniões com a Prefeitura, a SETIN (Secretaria Municipal de Transporte e Infra-Estrutura) e os estudantes no intuito de chegar a uma proposta de consenso. Nada de concreto foi encaminhado nestas reuniões, o que prevaleceu no final foi a proposta da Prefeitura e o novo sistema já está em prática.

O Salvador Card representa um dos mecanismos que os patrões utilizam para continuar mantendo os seus lucros, às custas do povo.

O sistema pré-pago representa muito mais uma segurança financeira para eles (empresários), do que o direito de ir e vir do povo. É possível perceber que a tarifa de ônibus está sempre aumentando de preço, o tempo de espera pelos coletivos nos pontos continua grande, os rodoviários estão sendo sobrecarregados com jornadas pesadas de trabalho e com salários defasados, para a população está cada vez mais difícil pagar o transporte coletivo.

A lógica do sistema de transporte de Salvador é a de garantir o lucro das empresas. Enquanto este não for municipalizado, problemas como o Salvador Card, aumento da tarifa, desemprego dos rodoviários, continuarão acontecendo. É fundamental que os estudantes participem das mobilizações que envolvem a melhoria do transporte público e outras lutas também. É fundamental lembrar que foi a base de muita luta e mobilização que os estudantes de Florianópolis conseguiram garantir a implementação do Passe-livre. Já existe passe-livre também no Rio de Janeiro e outras cidades em que os estudantes fizeram luta. Estes exemplos demonstram que a organização dos estudantes pode alcançar resultados avançados. Em Salvador isso pode se concretizar também, pois a luta contra o Salvador Card e pelo Passe-livre está apenas começando.



**Nossa bandeira é
o PASSE LIVRE!!!**

11º CONEB

Entre os dias 13 e 16 de abril ocorreu na cidade de Campinas/SP o XI CONEB Conselho Nacional das Entidades de Base. Este fórum reúne os Diretórios e Centros Acadêmicos (DA's e CA's) de todo o país constituindo-se num dos principais espaços políticos do Movimento Estudantil (M.E.) no Brasil. Há oito anos o CONEB não era convocado, a desculpa dada pela Direção majoritária da UNE União Nacional dos Estudantes - para não cumprir o seu próprio estatuto (que prever convocação anual) era que "não se deve perder tempo mobilizando DA's e CA's" e o financiamento não era suficiente. A oposição argumenta que essa negativa deveu-se ao medo da majoritária em ser derrotada neste espaço, como ocorreu em 1998.

O CONEB reuniu mais de três mil DA's e CA's do Brasil inteiro mostrando a importância e a "representação" que a UNE ainda tem no M. E. brasileiro.

O DCE e os DA's e CA's da UFBA tiveram atuação marcante nos espaços de discussão em especial no GD sobre Passe-Livre (para a juventude no transporte urbano) no qual denunciávamos para o Brasil o absurdo que é o Salvador Card e a traição das direções da UNE e UEB (União Estadual de Estudantes) que para obter o monopólio na emissão de carteiras estudantis negociou e concordou com a implementação da bilhetagem eletrônica algo manifestamente prejudicial aos jovens soteropolitanos sem ter feito nenhuma discussão e sem ouvir o conjunto dos estudantes baianos. Outro espaço no qual os estudantes da UFBA marcaram forte presença foi no GD sobre "Reformulação dos Fóruns da UNE" no qual a direção não enviou representantes e o DCE-UFBA conjuntamente com outros estudantes deram início a um dos espaços de maior discussão e dos mais concorridos do encontro.

A postura da Direção da UNE ao negligenciar os GDs, esvaziando os espaços que discutiria a forma como seria construída a representação dos estudantes brasileiro é a caricatura do que é a direção da UNE atualmente um grupo que decide pela entidade, no qual as decisões são tomadas pela cúpula sem ouvir a opinião dos estudantes.

Esse afastamento não se deve à incompetência e nem é obra do acaso, muito pelo contrário, é uma ação intencional da direção para, através da despolitização e do falso consenso, obter o consentimento para implementação das políticas neoliberais do governo Lula, consequentemente, de suas políticas enquanto diretoria.

Vemos isso nitidamente no posicionamento da UNE em relação ao Projeto de Reforma Universitária do Governo Federal que institucionaliza o processo de mercantilização da educação e subordina a produção de conhecimento das Universidades Públicas à lógica do mercado no qual a UNE para não ser contra a um Projeto do Governo Lula, visto que a grande maioria dos membros da direção são ligados ao PT e ao PCdoB, evita uma discussão mais ampla com a base dos estudantes brasileiro.

Dessa forma fica evidente o travamento das lutas dos estudantes em detrimento dos interesses partidários e da diretoria.

Apesar de pouca representatividade que os grupos que controlam a UNE têm nas Universidades Públicas, eles conseguem tirar muitos delegados nas

Faculdades Privadas nas quais o debate político é quase inexistente e a representação se dá em muitos casos de forma ilegítima, fato observado pelo número grande de DA's e CA's que tiveram sua data de fundação no mesmo dia do início do CONEB. E é com essa maioria oriunda das escolas pagas que o grupo majoritário conseguiu aprovar eleições indiretas e congressuais com tiragem de delegados por Universidade e não mais por curso. Devido a isso podemos observar que o grupo majoritário não tem uma maioria legítima e de forma politizada no ME.

A superação da realidade atual não é algo simples, portanto dividir o ME por dentro ou por fora das entidades não é a melhor saída. Nossa tarefa é mobilizar, agitar, debater, esclarecer aos estudantes que a tática atual de conciliação de classes e rebaixamento de reivindicações é equivocada. Trazer a UNE de volta para as lutas pelas reivindicações históricas dos estudantes requer muito mais do que mudar a direção majoritária da Entidade e maior prova disso é que a maior parte da dita oposição não só vota como também tem muitos posicionamentos próximos aos grupos dominantes. Temos que, teimosamente e incessantemente, trabalhar na base do ME buscando o convencimento de que a unidade e nossas entidades são pontos de apoio na luta, sem se confundir no caminho, fazendo a crítica à direção e não destruindo as entidades históricas.

Portanto o problema está na forma de organização e na cultura de Movimento. Radicalizar a democracia, criar uma maior aproximação com os DA's e CA's, preservando autonomia e independência a partidos, governos e reitorias são algumas das muitas transformações a serem feitas para que a UNE defenda as reivindicações estudantis e assim seja um instrumento de luta dos estudantes brasileiros, conforme as deliberações do XI CONEB: defesa do Passe Livre, defesa da Universidade Pública, gratuita e de qualidade, anulação da privatização da Vale do Rio Doce, combate ao capital privado na educação, combate a privatização da educação, fim dos cursos pagos, rubrica específica para Assistência Estudantil, enfim.

A indicação neste momento é mobilizar e discutir na base do ME, com os DA's e CA's fazendo profundas avaliações do XI CONEB para podermos unificar forças e contribuir com o ME nos próximos enfrentamentos, como o combate à 4º versão do projeto da Reforma Universitária, ampliando as possibilidades de conquistas de direitos sociais, e lutando pelo atendimento das nossas reivindicações e contra toda e qualquer postura que trave o avanço do ME.

Informe importante

No último dia 14 foi lançada a Campanha Nacional pela anulação do leilão de privatização da Vale do Rio Doce!

A Companhia Vale do Rio Doce foi vendida em 1997 sob fortes protestos da sociedade brasileira por apenas 3,4 bilhões de reais, enquanto especialistas estimam que o valor real da empresa em 1997 ultrapassava 1 trilhão de reais. Só no primeiro semestre deste ano, a companhia anunciou lucro de 6,1 bilhões de reais. Popular que pede a anulação do leilão.

Com o lançamento da campanha, começam a funcionar comitês nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Pará, Paraná e Santa Catarina, com o apoio da Frente Parlamentar em Defesa do Patrimônio Público.

VAMOS CONSTRUIR O NOSSO COMITÊ TAMBÉM!!!